

1

2 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com**
3 **Deficiência de Criciúma – CODEC**

4

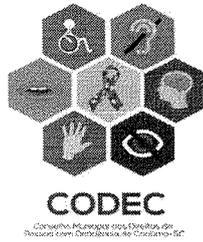
20/08/2025

5

Ata nº 07/2025

6 Ao vigésimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à reunião ordinária
7 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODEC, de forma presencial
8 com a presença dos seguintes conselheiros (as): Samuel Brulezi Furlanetto (Secretaria de
9 Assistência Social); Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC);
10 Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esporte de Criciúma – FME); Max Dagostim
11 De Mello (Coordenadoria Regional de Educação – CRE); Margarete Pereira Bosa (Instituto
12 Nacional de Seguro Social); Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego);
13 Isabelli Gomes do Nascimento (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana);
14 Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma –
15 JUDECRI); Graziela Torquato (Associação dos Pais e Amigos Autistas – AMA-REC/SC);
16 Alessandro Marques (APAE e Diomicio Freitas); Aires Mondardo (Universidade do Extremo
17 Sul Catarinense – UNESC); Marcionei Fernandes (Sindicato dos Servidores Públicos e
18 Municipais – SISERP); Stelamaris Giassi de Moraes (Associação Empresarial de Criciúma –
19 ACIC); Sônia Regina Teixeira Fanfa (Ordem dos Advogados – OAB); Bianca Zacarias
20 Nogueira Felisberto (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC); Danúbio Alves da Silva
21 Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC). Convidados(as): Ediezer Andrade. Em
22 função do não comparecimento do Presidente do conselho a vice-Presidente Helenita Regina de
23 Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI) deu início à
24 reunião onde a mesma falou sobre os assuntos tratados na comissão instituída pelo Conselho
25 para debater questões referentes à falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual,
26 destacando, entre as discussões, a necessidade de implantação de sonorização nos semáforos
27 como forma de indicar a parada, outro assunto discutido dentro da comissão foram os pisos
28 tácteis, pois a população sem necessidade estava fazendo o uso indevido, o convidado Ediezer
29 traz uma imagem de referência da placa informativa para a conscientização da população
30 comum sobre os pontos de acessibilidade, outro assunto que o mesmo traz ao Conselho é a
31 necessidade do Conselho, de emitir um documento aos locais particulares que não possuem
32 pontos de acessibilidade ao seu redor para que coloquem ou reformem tais pontos, a Vice-
33 Presidente fala sobre a sinalização sonora nos terminais e pontos de ônibus, que seria uma
34 necessidade por parte dos deficientes visuais, pois os mesmos ficam sem indicação do destino e
35 caso não possuam outras pessoas ajudando, não conseguem ir ao local desejado, o conselheiro
36 Danúbio concorda com a necessidade das sinalizações e fala também sobre a falta de
37 fiscalização por parte dos órgão competentes, onde o conselheiro diz ser necessário a exigência
38 da fiscalização, a Vice-Presidente fala que o Conselho deve se fazer mais visível perante a
39 sociedade, pois concordando com a fala do conselheiro Danúbio, as leis que obrigam as
40 fiscalizações já são existentes, porém não são postas em prática, o convidado Ediezer cita
41 também as paradas de ônibus, onde muitas estão em situações precárias e necessitam de
42 manutenção, a Vice-Presidente Helenita fala que a necessidade de manutenção das paradas de

Isabelli

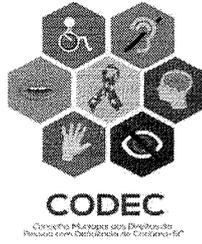


43 ônibus esta diretamente ligada a falta de fiscalização que foi dita pelo conselheiro Danúbio, o
44 convidado Ediezer fala sobre a falta de acessibilidade nas escolas municipais e solicita que o
45 Conselho o auxilie na produção de um vídeo relatando tais situações para ser enviado ao poder
46 público e requerer a acessibilidade nos locais públicos, a conselheira Maria Elizabeth fala que
47 existe a possibilidade do Conselho marcar uma audiência com o Ministério Público e solicitar
48 que o mesmo emita uma exigência de fiscalização e colocação dos pontos de acessibilidade, a
49 Vice-Presidente acredita que antes de entrar em contato com o Ministério Público, o Conselho
50 deve tentar esse contato direto com as escolas, o conselheiro Danúbio fala que o Conselho
51 deveria solicitar a Secretaria de educação que os pátios internos das escolas se tornem acessíveis
52 às pessoas com deficiências e emitir uma cobrança para identificar onde esta o erro que
53 ocasiona nessa falta de acessibilidade nos pontos públicos, o conselheiro Marcionei questiona
54 sobre a possibilidade do Conselho de emitir um pedido a Câmara de Vereadores para que a
55 mesma questione o município sobre a falta de acessibilidade nos espaços públicos, a conselheira
56 Sônia fala que a cobrança pode partir diretamente do Conselho e após isso caso a Secretaria de
57 Educação não tome as providências necessárias, ai o Conselho deve procurar contato com a
58 Câmara de Vereadores e se dispões a participar da comissão composta pelo Conselho para
59 formular os ofícios necessários e encaminhar aos órgãos competentes, a Vice-Presidente
60 Helenita parte para os próximos pontos de pauta onde o convidado Ediezer fala sobre a
61 identificação das pessoas com alguma deficiência nos seus documentos e questiona se não
62 existiria alguma maneira do governo levantar os dados de quantidade de pessoas com
63 deficiências, a Vice-Presidente Helenita sugere que cada Secretaria faça seu levantamento de
64 dados com os funcionários que estão sob seus cuidados, é levantado pelos conselheiros que o
65 poder público deveria ter a quantificação de funcionários PCD's desde a criação da lei de cotas
66 nos concursos, a Vice-Presidente expõe que seu pensamento sobre essa falta de informações
67 seria em função do poder público não ter interesse em desenvolver políticas públicas que
68 beneficiem as pessoas PCD's, o conselheiro Alessandro fala que sabendo a quantidade de
69 servidores PCD's, já se saberia se o município estaria cumprindo o número mínimo estabelecido
70 por lei, a Vice-Presidente apresenta aos demais conselheiros o documento de cadastro dos
71 servidores entregue pelo Departamento de Gestão de Pessoas, onde os conselheiros discutem
72 sobre a inclusão de um item que descreveria os dados necessários sobre a deficiência do
73 funcionário, podendo armazenar e quantificar com mais facilidade tais dados, então os
74 conselheiros entram num consenso sobre quais dados seriam requeridos, avançando nos pontos
75 de pauta a Vice-Presidente deixa a palavra aberta e permite que os conselheiros levantem
76 assuntos que ainda não foram debatidos, a conselheira Maria Elizabeth fala sobre o dia 21 de
77 setembro, o dia nacional da pessoa com deficiência, e fala do seu descontentamento sobre o
78 conselho não organizar um evento para ser feito neste dia, tendo isso em vista, a conselheira diz
79 que entrou em contato com o Ministério Público do Trabalho no momento em que o conselho
80 estava em Florianópolis assistindo o Encontro Estadual dos Conselhos da Pessoa com
81 Deficiência e questionou sobre a organização do dia D, que deve partir do Ministério do
82 Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, onde a conselheira recebeu a informação de que
83 seria feito em Criciúma neste ano, na Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão –
84 SATC no dia 26 de setembro e sugere que o Conselho esteja no evento, com um espaço próprio
85 para distribuir materiais de orientação e conscientização, os conselheiros também comentaram
86 sobre os cursos ofertados na UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense) e as bolsas de
87 estudo que alunos PCD's podem requerer, o conselheiro Aires se propõe a convidar o

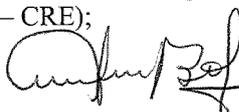
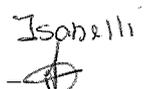
d

Aires

Elizabeth



88 departamento pessoal da UNESCO para irem na próxima planária do conselho e falarem sobre o
89 projeto UNESCO para todos, a conselheira Maria Elizabeth sugere que seja feito um encontro
90 regional, convidando os representantes do poder público das cidades que ficam na AMREC
91 (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) para que os outros municípios também
92 tenham o acesso a informação do projeto UNESCO para todos e neste encontro também será
93 proposto que cada representante apresente as políticas públicas voltadas à acessibilidade postas
94 em prática no seu município, o convidado Ediezer informa que a Adivisul está fechada em
95 função de alguns problemas internos e solicita apoio aos conselheiros para que possam reabrir a
96 instituição ou fundar uma nova com o mesmo proposito. Não havendo nada mais a tratar a
97 Vice-Presidente agradeceu a participação dos conselheiros e finalizou a reunião. E eu, Valmor
98 Vargas Neto lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os
99 presentes.

- 100 Samuel Brulezi Furlanetto (Secretaria de Assistência Social); 
- 101 Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC); 
- 102 Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esporte de Criciúma – FME);
- 103 Max Dagostim De Mello (Coordenadoria Regional de Educação – CRE);
- 104 Margarete Pereira Bosa (Instituto Nacional de Seguro Social); 
- 105 Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego);
- 106 Isabelli Gomes do Nascimento (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana); 
- 107 Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma –
108 JUDECRI);
- 109 Graziela Torquato (Associação dos Pais e Amigos Autistas – AMA-REC/SC); 
- 110 Alessandro Marques (APAE e Diomicio Freitas); 
- 111 Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);
- 112 Marcionei Fernandes (Sindicato dos Servidores Públicos e Municipais – SISERP);
- 113 Stelamaris Giassi de Moraes (Associação Empresarial de Criciúma – ACIC);
- 114 Sônia Regina Teixeira Fanfa (Ordem dos Advogados – OAB); 
- 115 Bianca Zacarias Nogueira Felisberto (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC); 
- 116 Danúbio Alves da Silva Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC). 